

II. ANGOLA E A RESISTÊNCIA COLONIAL: O CASO DO MASSA- CRE DOS DRAGÕES DO CONDE DE ALMOSTER, 1897

Armando Augusto Siqueira¹

Resumo

Este trabalho tem como pretensão analisar uma revolta ocorrida em Angola em 1897 na região de Moçamedes. O estudo é feito a partir do relato de um ex-combatente que foi publicado em forma de livro na coleção portuguesa dos Cadernos Coloniais na década de 30, coleção esta que tinha como objetivo exaltar os personagens e seus respectivos feitos durante a ocupação portuguesa em África. Através da análise do relato, procuramos investigar como foi a resistência ao domínio português em Angola no século XIX, analisando o processo de ocupação portuguesa nesta colônia como também as múltiplas formas de resistência a esta ocupação durante as últimas décadas do século XIX.

Palavras-chave:

Angola. Classe. Imperialismo. Resistência.

Abstract

This work has the intention to analyze a revolt took place in Angola in 1897 in the region of Moçamedes. The study is done from the account of an ex-combatant who was published as book in the collection of portuguese Colonial Books in the 30s, this collection which aimed to exalt the characters and their feats during the Portuguese occupation in Africa. Through the analysis of the report, we investigate how the resistance was Portuguese rule in Angola in the nineteenth century, analyzing the process of Portuguese occupation in this colony as well as multiple forms of resistance to this occupation during the last decades of the nineteenth century.

Keywords:

Angola. Class. Imperialism. Resistance.

¹ Especialista em História da África pela Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESO.

A resistência ao imperialismo português em Angola no fim do século XIX

Nas ultimas décadas do século XIX, a situação de instabilidade aumentou consideravelmente em Angola. Os focos de tensão eclodiram principalmente devido a intensificação da ocupação portuguesa através de suas campanhas de submissão e pacificação das regiões estratégicas para o estabelecimento do domínio português, tendo por consequência o aumento das diversas manifestações de resistência neste período.

Entre 1872-1873 houve a guerra dos Dembos¹, conflito ocorrido na região entre o rio Zenza e o rio Dande, região de intensa colonização portuguesa na época². Já durante as duas ultimas décadas do século XIX foi a vez dos Ovibumdo e dos Chokwe resistirem bravamente as investidas estrangeiras. Os chefes destes povos tinham consciência de sua inferioridade bélica diante dos portugueses, uma vez que a sobrevivência destes povos dependia disso. Tendo plena consciência desta inferioridade, estes povos negociaram com sociedades inseridas no comércio internacional de armas, trocando cativos por armas para conseguir compor um vasto arsenal para fazer frente ao inimigo. Dessa forma, os Chokwe, e os Ovimbundo obtiveram tanto êxito em sua empreitada que “*não raro suas forças apresentavam-se mais bem armadas do que as tropas do Estado Livre do Congo e os exércitos portugueses, que procuravam submetê-las*”.³

¹ A expressão *Dembo* significa capitão (SILVA REGO, A. da. *O ultramar português no século XIX. (1834-1910)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969), eram chefes tradicionais (HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005). Os habitantes dessa região se consideravam superiores aos outros indígenas da região.

² SILVA REGO, A. da. *O ultramar português no século XIX. (1834-1910)*. Op. Cit.

³ ISAACMAN, Allen e VAN SINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 194.

Outros grupos utilizaram a tática da guerrilha como forma de conter os avanços do colonizador, como foi o caso dos diversos grupos da região do Gambo no sul de Angola. Já outros grupos utilizaram-se da emboscada e de ataques surpresa esporádicos para surpreender o inimigo, tendo como exemplo os Bié e os Humbe que em 1896:

organizaram uma emboscada contra um destacamento colonial encarregado de estabelecer postos no interior, justamente em seus territórios, e os Humbe, mais ao sul, atacaram uma coluna portuguesa porque Lisboa se recusara a pagar-lhes pelo direito de ocupar um fortim situado em suas terras.⁴

Outra forma muito comum de resistência foi a fuga, que poderia ser de uma fronteira para outra para fugir de impostos a serem pagos (o rio Cuango, que separa Angola do Congo, era atravessado pelos Yaka com o objetivo de fugir dos cobradores de imposto) aos colonizadores. A identidade ou o parentesco étnico de grupos que viviam de um lado e de outro de uma fronteira também motivaram as fugas dos Ovambo e dos Bacongo a deixarem Angola. Há também vários registros de fuga no *Boletim Oficial de Angola*, gazeta semanal que começou a ser publicada em 13 de setembro de 1845. Apesar de ser um órgão destinado a imprensa oficial de Angola, a informação encontrada no Boletim não se restringia a matéria governamental, havendo várias notícias de escravos fugitivos que foram capturados e se encontravam nas cadeias públicas a espera de seus senhores para serem resgatados, pois nesse contexto era comum entre as autoridades administrativas e os particulares a utilização de anúncios públicos e promessas de recompensa pela captura dos

⁴PELISSIER apud ISAACMAN, Allen e VAN SINA, Jan. *Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914*. Op. Cit., p. 196.

fugitivos⁵. Desde a data de sua fundação até o ano de 1876 foram publicados quase que semanalmente um total de 3.195 anúncios de escravos fugitivos.⁶

Em algumas situações a fuga servia como tentativa de pressionar o senhor a fim de negociar novas condições de trabalho e subsistência, quando o fugitivo procurava um protetor que pudesse intermediar esta negociação junto ao senhor. Mas com o passar do tempo

a fuga se tornara, afinal, não só um elemento de pressão para obter do senhor algumas concessões de outro modo inatingíveis, como um instrumento mais eficaz de recusa (ainda que temporária) da disciplina implacável a que eram sujeitos os escravos. Quando nada porque mais forte do que os riscos era a esperança de que a fuga antecipasse a emancipação sucessivamente adiada.⁷

Entre os anos de 1850 e 1880 as fugas coletivas ocorreram com mais frequência nas grandes fazendas que tinham elevado número de escravos, principalmente nos momentos mais propícios como a morte dos proprietários das fazendas. Estes fugitivos também se instalavam em locais protegidos por acidentes naturais ou distantes das concentrações populacionais para evitar a perseguição, formando os quilombos ou *mutolos*. Embora haja pouco conhecimento acerca da estrutura interna dessas comunidades, percebe-se que a vontade de preservar a liberdade e o êxodo para áreas inóspitas e remotas são as principais semelhanças com as comunidades quilombolas americanas⁸. No interior

⁵ FREUDENTHAL, Aida. “Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão.” In: *Estudos Afro-Asiáticos* n.32. CEEA – Universidade Candido Mendes. 1997.

⁶ CURTO, José C. “Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola 1846-1876”. *Afro-Ásia*, 33 (2005), 67-86.

⁷ FREUDENTHAL, Aida. *Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão*. Op. Cit., p. 115.

⁸ ISAACMAN, Allen e VAN SINA, Jan. *Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914*. Op. Cit.

destas comunidades os quilombolas tiveram que construir novas relações sociais, pois eram indivíduos que não possuíam laços de parentesco entre si e também foram destituídos de suas linhagens originais, passando a elaborar:

instituições transversais e transculturais nas quais predominavam as relações não linhageiras, pelo que a identidade e a solidariedade entre seus membros tinham necessariamente de ser inventadas a partir de compromissos, juramentos, regras e proibições.⁹

Dentre os principais quilombos podemos destacar o Mutolo do Icolo (1831 – 1872?) situado na confluência do riacho Futto com o rio Zenza, (talvez o maior quilombo de Angola) e o Couto da Sanga (1860 – 1894) localizado na confluência do rio Uchilo com o rio Cuvo.

Como podemos ver, houve uma série de iniciativas de resistência durante o período mais agudo da ocupação portuguesa em Angola que se manifestaram de formas diversas. Aparentemente estes movimentos podem ser tomados como desconexos entre si e mal articulados, sem sentido e sem um objetivo claro e definido (concepção esta que foi construída e elaborada a partir de um imaginário impregnado de etnocentrismo e eurocentrismo, o que contribui ainda mais para desqualificar a organização da resistência dos povos africanos). Entretanto, apesar da aparente desconexão entre estes movimentos, essa gama de manifestações podem ajudar o historiador no sentido de compreender e analisar as relações de classe em Angola durante o conturbado período acima citado. Se deixarmos de lado a concepção de classe como uma

⁹ FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. Op. Cit., p. 127.

rígida “estrutura” ou uma “categoria” e concebê-la sob a ótica do historiador da escola social inglesa E. P. Thompson, como um “*fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência*”¹⁰, poderemos perceber uma íntima conexão entre os vários movimentos de resistência ao longo das últimas décadas do século XIX em Angola, evidenciando um “*fazer-se*”¹¹ deste movimento de resistência à dominação portuguesa.

Ainda de acordo com Thompson, temos que conceber a classe como uma formação social e cultural, que surge de processos que podem apenas ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. Apesar da falta de articulação e comunicação – sem falar no isolamento – entre as diversas regiões, nas últimas décadas do século XIX as diversas etnias de Angola sentiram uma necessidade de uma construção de identidade unificada em prol dos seus interesses em comum, ou seja, o colonizador português, como foi o caso da aliança feita entre os Cuanhama Cuamato no sul de Angola, deixando as antigas rivalidades para se unir frente ao colonizador português e lutar pela sobrevivência. Ainda no Sul de Angola – mais especificamente no distrito de Moçamedes – como veremos a seguir, a resistência se deu por várias formas, como os conflitos diretos, ocasionando alguns massacres aos lusos perante os movimentos dos quilombolas

¹⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa, 1: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 9.

¹¹ No título original de sua obra *The Making of the English Working Class* (A Formação da Classe Operária Inglesa), Thompson utiliza o verbo *to make* enfatizando o movimento de “autofazer-se” das classes sociais ao longo da história.

Iniciativas de resistência na região de Moçamedes

Além da pesca, a outra atividade econômica importante da região de Moçamedes era a agricultura, que requeria uma quantidade significativa de braços para o trabalho nas lavouras dos colonos. Devido a essa demanda, foi preciso estabelecer uma escravatura interna para o fornecimento de mão de obra barata e numerosa, que era fornecida por comerciantes portugueses através de acordos com autoridades africanas,¹² principalmente da região de Lunda e nas terras dos Gingas. Devido ao fato de os escravos oferecerem resistência através da fuga, os portugueses se utilizaram de crianças e mulheres provenientes do interior da África Central (a fonte mais importante dessa mão de obra escrava eram as guerras entre os povos da região) para constituir uma força de trabalho mais dócil. Todavia, estas medidas também contribuíram expressivamente para a formação de um contingente de escravos que iriam participar ativamente da resistência ao longo das três últimas décadas do século XIX, atuando diretamente contra o domínio português ou para obter melhores condições de subsistência, pois apesar da Coroa portuguesa ter expedido o decreto que oficializou a abolição da escravidão no ano de 1878, esta medida não alterou profundamente as condições de vida da população de Angola. Não houve uma melhora efetiva nas condições de vida das diversas etnias porque as formas compulsórias de trabalho ainda persistiam. Ao mesmo tempo:

eram postos em prática dois outros mecanismos fundamentais, próprios do sistema colonial de fins do século XIX, quais sejam, o confisco de terras e a cobrança de impostos como consequência de influxo de colonos e comerciantes brancos desde 1860.¹³

¹² HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Op. Cit.

¹³ *ibid.* p. 566.

A busca e o confisco das terras foi intensa no distrito de Moçamedes, onde os europeus faziam uso da violência física para confiscar terras de exploração coletiva. Estes mecanismos de exploração contribuíram de forma decisiva para alterar profundamente as estruturas sociais e políticas dos povos da região, contribuindo significativamente para a eclosão dos movimentos de resistência que se estenderiam até o século XX. Uma destas formas de resistência foram as revoltas promovidas pelos nativos contra a presença portuguesa.

Em 1865, o então Governador do distrito de Moçamedes, Costa Leal, enviou o tenente João Teixeira Pinto a região dos Gambos para punir os gentios que assassinaram soldados portugueses. Mesmo “*sem que para tal estivesse superiormente autorizado – procedimento que lhe acarretou uma censura*” – o Governador negligenciou a hierarquia e disciplina, encarregando o tenente de “*capturar os assassinos e castigar com severidade o respectivo soba*.”¹⁴ As tropas portuguesas só conseguiram capturar os gentios e obter a obediência dos sobas da região após dois meses de combate, empregando mais de duzentas praças para pacificar a região.

Ainda no governo de Costa Leal merece destaque a formação quilombola do Couto do Caholo (1860-1901) formado por escravos fugidos das fazendas de colonos do distrito de Moçamedes e pelos mundombes que se juntaram aos quilombolas depois de perderem suas cabeças de gado e suas terras; a situação agravou-se ainda mais quando os soldados negros desertores que fugiam devido aos maus tratos a que eram submetidos pelos seus superiores portugueses também fugiram para o quilombo. Como afirma Freudenthal:

¹⁴CASTELBRANCO, Francisco. *História de Angola: desde o descobrimento até a implantação da República. (1482-1910)*. Luanda: autoria própria, 1932, p. 236.

a aliança entre esses elementos produziu bandos de salteadores que erguiam as suas *cipaka* (ou quipacas) em locais rochosos, reforçados com paliçadas, estacas e espinheiros, fáceis de defender. Produziam alimentos em vales reconditos, colhiam mel e cera, registrando-se a presença de algumas mulheres nesses campos. A principal fonte de recursos eram, no entanto, as manadas de bois, roubados e vendidos a funantes, que pagavam com armas e munições ao mesmo tempo que forneciam informações.¹⁵

Os integrantes do quilombo assaltavam propriedades dos colonos da região e os viajantes, carregadores e comerciantes que passavam pela região, fazendo com que a Coroa Portuguesa enviasse varias expedições a região para tentar reprimir a agitação social. Somente no início do século XX as campanhas de pacificação tiveram êxito.

Depois das infrutíferas tentativas de ocupar e ampliar a presença portuguesa na região, os portugueses conseguem se apossar do Humbe na ultima década do século XIX. Contudo, a reação não demoraria a aparecer. Os primeiros a reagirem foram os hotentotes, matando o capitão Andrade e mais de cinquenta praças que estavam sob seu comando na região¹⁶. Em 1891 o Major Padrel foi encarregado de organizar uma expedição para conter uma revolta dos gentios do Humbe contra o soba da região e depois contra o domínio português. Mas em 1897, ano em que se deu o massacre do pelotão de dragões do Conde de Almoester, além de sofrer um duro golpe, a Coroa Portuguesa percebeu que não seria fácil garantir a ocupação e o domínio na região de Moçamedes.

¹⁵ FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. Op. Cit., p. 122.

¹⁶ ALMEAL, João de. *História de Portugal: das origens até 1940*. Porto: Tavares Martins, 1962.

O massacre do pelotão de dragões

A manifestação de resistência da qual nos ocuparemos de agora em diante ocorreu no ano de 1897 em terras da região de Moçamedes (atual Namibe) no Sul de Angola. Teremos como referência os escritos do Capitão A. A. da Silva Guardado que foram publicados nos Cadernos Coloniais pela editora Cosmos em 1939, que foi elaborado a partir de pesquisas feitas nos relatórios oficiais do então Governador Geral da Província de Angola Dr. Antonio Duarte Ramada Curto e do comandante da coluna de operações no Humbe, o coronel Artur de Paiva, que em 1898 foi encarregado de castigar o massacre.

Tudo começou com uma grande epidemia que veio da África do Sul e se alastrou rapidamente em direção a Angola, atingindo as regiões da Damaralândia e Ovampo. Como a atividade bovina era a principal fonte de renda na região, o então governador do distrito de Moçamedes, primeiro-tenente da Armada Diogo de Sá tratou imediatamente de organizar uma expedição a fim de conter o avanço do flagelo, incubindo o

Intendente da Colonização Branca e Indígena dos planaltos de Moçamedes e Benguela de organizar com a máxima urgência os meios de defesa e ataque contra a invasão e propagação do terrível morbo, pois era o gado bovino a principal riqueza de brancos e pretos no sul de Angola¹⁷

Sendo assim, o governo português decidiu estabelecer um cordão sanitário, utilizando homens de seu exército ao longo do rio Cunene para que se evitasse a passagem do gado da margem esquerda para a direita do rio.

¹⁷ GUARDADO, A. A. da Silva. *O massacre dos dragões do conde de Almoester*. In: Cadernos Coloniais. n. 34. Lisboa: Cosmos, 1939, p. 4.

A outra tarefa seria a de vacinar o gado da região contra a epidemia, tarefa esta que seria desempenhada pela brigada de vacinação, constituída pelo delegado de saúde do Lubango, o capitão médico Dr. Antonio Bernardino Roque, do capitão A. A. da Silva Guardado e do preparador contratado Ribeiro. Juntamente com a brigada partiu também a Companhia de Dragões do Planalto de Moçamedes, que tinha no comando o capitão José Eugenio da Silva, tendo como subalternos o alferes Carlos Augusto de Oliveira, o alferes Fernando Augusto da Silva Guardado e o tenente conde de Almoester. Também se juntou ao grupo José Antônio Lopes, um rico proprietário e colono da região que *“veio expressamente da Damaralândia para ensinar aos seus amigos do Humbe a técnica da vacinação ali empregada, e que consistia em injetar nos animais ainda sãos a bílis dos bois ligeiramente atacados de peste”*, contudo, esta técnica era rudimentar, pois ela resultava numa média de apenas 50 a 60% de animais salvos, enquanto que a técnica que utilizava a *“vacinação com o soro obtido do sangue de bois imunes da peste, processo de maior vantagem – pois a média de animais salvos chegava a 90%, permitindo que se vacinassem animais atingidos pela doença, dos quais se salvavam alguns”*¹⁸ era bem mais eficiente.

Depois de terem chegado e se alojado na sede do conselho do Humbe, os integrantes da Brigada fizeram os preparativos para a vacinação do gado, entrando em contato com um soba de uma aldeia na região. A princípio o soba permitiu a intervenção da brigada de vacinação, mas no dia seguinte mudou de ideia, pois:

já não podia cumprir o que na véspera combinara com o chefe e os oficiais, porque o seu povo, representado pelos *séculos* que eu tinha visto ali reu-

¹⁸ *Ibid*, p. 09.

nidos, se opunha a que o gado de embala fosse vacinado...que esse gado era pertença ou bens do sobado e não dele, que apenas podia usufruir o seu rendimento, etc... que o seu povo, ao ter conhecimento de que os brancos tinham vindo ao Humbe para por remédio nos bois, se opunha a isso...que sabiam que do outro lado do rio também punham remédio no gado e este morria todo (...) e não houve meio de convencer, por mais explicações que lhe desse.¹⁹

Posteriormente o capitão encontrou o soba, só que desta vez estava mais agitado e inseguro com a presença dos portugueses na região porque seu povo temia os soldados que estavam na fortaleza, pois no seu entendimento, para vacinar os bois não se fazia necessário a presença de tropas munidas com peças de artilharia, carros de combate e munições. O capitão logo percebeu o mal estar causado pela presença das tropas portuguesas na região e tratou de convencer o soba de que as tropas não estavam ali para atacá-los, “*mas apenas para os defenderem no caso de os cuanhamas ou os hotentotes aparecerem a fazer guerra*”, pois poderiam aproveitar a ocasião para lhes roubar o gado. Mas o soba não se deixou levar pelo discurso do capitão, afirmando que “*se vierem cá nos encontrarão. Defender-nos-emos como das outras vezes...*”. Os conselheiros do soba também o tinham advertido que os brancos tinham intenção de tomar suas habitações na aldeia.

Mas a brigada de vacinação continuou a insistir em sua campanha, enviando mais uma vez o capitão A. A. da Silva Guardado para realizar a campanha de vacinação do gado. Mas esta atitude provocou ainda mais repulsa por parte dos nativos – e até dos colonos – que fugiam com seus rebanhos, pois a cada quinze animais vacinados o capitão recebia um em pagamento. Após reunirem-se em assembleias junto

¹⁹ *ibid*, p. 11

com os sobas e os anciões, o povo da região se opôs de forma geral a campanha de vacinação, provocando no capitão um sentimento de irritação e decepção diante dos insucessos de sua campanha; após o fracasso da ultima etapa da vacinação o capitão atribui a culpa do flagelo aos nativos devido a:

Má vontade e relutância do gentio em deixar vacinar o gado. Na sua ingênua ignorância não compreendia o que era a vacina e causava-lhe singular confusão o fato de se tirar dos bois doentes a bília que se injetava nos sãos. Convenciam-se de que ela os ia matar. Se logo de principio fosse conhecido e se usasse o sôro obtido do sangue dos bois já imunes da peste, que permitia vacinar também o gado ligeiramente infectado, salvando em grande percentagem, tinha-se evitado esta verdadeira hecatombe que vitimou milhões de bovídeos e destruiu uma riqueza incalculável. Assim fora improficuos todos os nossos esforços e sacrificios.²⁰

Para agravar mais ainda a situação, os nativos passaram a ver os integrantes da brigada como os únicos responsáveis pela epidemia, o que fez com que o grupo tivesse que desviar o caminho para alcançarem a fortaleza, marchando a noite por outro caminho e guiando-se pelo rio.

Ao chegarem fatigados na fortaleza, o grupo ainda iria enfrentar varias dificuldades. Após o insucesso da campanha de vacinação, os integrantes da brigada entraram em consenso em relação a retirada da tropa da região, porém, houve desacordo sobre como deveria ser feita a retirada. “*Havia serias divergências entre o Dr Roque, chefe da missão, o comandante dos dragões e o chefe do conselho do Humbe acerca da forma de se efetuar a retirada da brigada para o planalto*”, sem falar nas ordens instruções que havia chegado da Intendência. O grupo se encontrava em situação difícil por causa das dificuldades de comuni-

²⁰ *ibid*, p. 17.

cação com a intendência - não havia telégrafo na região para que o grupo fizesse uma consulta aos seus superiores da intendência acerca do assunto - tendo que tomar uma decisão com o máximo de urgência em relação à maneira de se retirar da região.

Após as discussões sobre a maneira de se fazer a retirada, ficou acordado que o comandante partiria primeiro junto com o alferes Guardado e Oliveira. O tenente Almoester e o Doutor Roque ficariam na fortaleza junto com os soldados que estavam doentes e sem condições de partir naquele momento; só posteriormente eles iriam retirar-se.

No dia seis de dezembro daquele ano houve a retirada, que se deu de forma desorganizada, pois os animais de tração haviam morrido, ficando difícil para realizar o transporte de materiais (munições, medicamentos, armamentos, etc.) e tendo que buscar carregadores de última hora para efetuar o transporte dos equipamentos. Já não havia motivos para que a brigada e o pelotão de dragões permanecessem na região, pois:

já não havia mais nada a fazer no Humbe, pois tinham fracassado todos os esforços para convencer o gentio a vacinar o seu gado; este morrera na quase totalidade, as dificuldades de abastecimento eram cada vez maiores por se ter declarado a peste nos conselhos dos Gambos e da Huila e, já se fazer sentir a falta de viveres, notava-se cada vez mais o depauperamento físico da expedição, causado pelo péssimo clima, e, entre outros fatos que vinham agravar ainda a situação, aproximava-se a época das chuvas.²¹

No regresso o grupo liderado por Silva Guardado enfrentou dificuldades no regresso. Quando os pelotões que marcharam sob seu comando chegaram ao Chipelongo na manhã do dia nove, três soldados foram para uma libata para procurar mantimentos e foram

²¹ *ibid*, p. 21

surpreendidos quando foram recebidos a tiros pelos indígenas. Mas o grupamento do Capitão Silva Guardado não sofreu danos, seguindo em frente e acampando a noite na Mutucua, a beira do rio onde pernотaram.

Porém, para a outra parte do grupamento o desfecho foi trágico. O pelotão do tenente Almoester deixou a fortaleza e, durante a marcha, foram brutalmente assassinados. O capitão Silva Guardado soube do acontecido por duas versões: a primeira – a dos que escaparam ao massacre – dizia que os soldados brancos foram a uma libata procurar mantimentos e foram perseguidos pelos gentios com azagaias em punho. Contudo, havia uma outra versão (mais verossímil) sobre o acontecido:

um dos soldados teria matado uma mulher que encontrara numa lavra, pelo que foram agredidos a tiro por gentios que em grande número saíram da libata. Feriram um deles – o 100 – num dedo e perseguiram-nos até próximo do acampamento, onde as tropas, surpreendidas, se preparavam para os receber. Travou-se o tiroteio e o gentio refugiou-se no mato, continuando a disparar para o acampamento.²²

Para o capitão Silva Guardado também havia dois motivos para a grande concentração de gentios na região do Chulo, junto à libata do Muene Decango, onde aconteceu o massacre. Uma delas atribui a grande quantidade de negros reunidos devido a um funeral que estava ocorrendo na região. A outra – na qual o capitão acreditou por ser mais racional – foi a de que os nativos prepararam uma cilada com o objetivo de “tirar vingança dos desmandos e violências cometidas pelos soldados, tanto a ida para o Humbe, como no seu regresso ao Planalto.”

No terceiro capítulo de sua obra o capitão descreve detalhada-

²² *ibid*, p. 26.

mente como ocorreu o massacre, baseando-se nas notícias do Sargento Rocha que na ocasião chegou exausto a casa do comerciante José Lopes para contar-lhe a tragédia, ficando impossibilitado de seguir viagem. Lopes comunicou imediatamente a catástrofe ao Capitão Silva Guardado, que por seu turno, dirigiu-se a T'chicussi, encontrando um soldado preto de Moçambique chamado Ambrósio. Este soldado era auxiliar do pelotão de dragões e estava sendo tratado devido aos ferimentos no confronto. Ao mesmo tempo que recebia os cuidados, o soldado contou o que ocorreu após a retirada do sargento Rocha:

o gentio, que não deixava um momento de descanso à força, ia tornando cada vez menor o número de praças. Escondidos nos espinheiros, disparava quase a queima-roupa. E chegou o momento de o comandante ser também atingido. O ferimento, um pouco abaixo do joelho direito, começou a dificultar-lhe a marcha, obrigando-o a amparar-se ao impedido, chamado Antonio, e, pouco depois, também ao Ambrósio, que o sargento Pio mandara ajudar o camarada com a recomendação de não deixarem o comandante ficar para trás. Não havia montados”.²³

O flagelo parecia interminável. A marcha continuou sem que o inimigo – cada vez em maior número – abrandasse a fúria de seu ataque. Os soldados chegaram a um lugar em que os espinheiros diminuíram, mas já não poderiam se defender tão bem porque a munição da tropa havia acabado. Neste momento Ambrósio também foi ferido, caindo ao lado do conde. Este por sua vez teve um fim trágico, pois:

sofrendo dores horríveis, enfraquecido pela perda de sangue, exposto a um sol escaldante (...) devorado pela sede, cheio de apreensões pela sorte que o esperava, tendo por perspectiva uma morte inevitável, a recordação dos que amava e estavam longe, desconhecedores do transe doloroso porque ele passava, tudo isto, junto ao desespero cruciante que devia experimentar vendo ali, a dois passos, irremediavelmente perdidos, os soldados que, uns mortos e outros feridos, ficaram

²³ *ibid*, p. 30.

abandonados nos meandros da selva adusta e inclemente, devia ter tornado horríveis aquelas horas da sua vida.²⁴

Como vimos através do relato do capitão A. A. da Silva Guardado, o fim do tenente Almoester e do seu pelotão de dragões foi trágico, não havendo chance de sobrevivência para a tropa que, diante da fúria e indignação do gentio (provocadas pela presença portuguesa em seus domínios), sequer pode resistir ao seu ataque. Mas o relato por si só não nos basta para compreendermos o que se passou. Faz-se necessário uma leitura a contrapelo²⁵ acerca do ocorrido a fim de atingirmos um grau mais profundo de compreensão não só do fato em si, mas também de toda uma ampla e complexa conjuntura na qual as iniciativas de resistência em Angola estão inseridas.

Algumas considerações sobre o massacre

Antes de aprofundarmos nossa análise a respeito do massacre, é preciso ressaltar alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, vale lembrar que o capitão Silva Guardado participou direta e ativamente do combate, sendo talvez a única testemunha sobrevivente no momento em que escreveu acerca do massacre. O capitão manifestava desejo de escrever sobre o acontecido e também sobre tudo que vivenciou durante o episódio, porém não se sentia capaz de tal feito, pois reconhecia “*a falta de competência para levar a efeito tão grande empreendimento, pois não me fadou Deus para as letras, apesar de muito apreciar o talento e o engenho dos bons autores*”. O capitão ainda recorreu a outros historiadores como o Sr. Rocha Martins, mas este por sua vez estava ocupado com a produção de uma obra sobre o Rei D. Carlos. Diante de

²⁴ *ibid*, p. 30 -31.

²⁵ Nesse sentido, vale ressaltar a contribuição do Professor adjunto do Departamento de História da UFPE, José Bento Rosa da Silva com seu artigo “Revolta da Vacina *Made in Africa*.” in *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV, nº 8, Dezembro/ 2011.

tal impasse o capitão viu-se “forçado a tomar o encargo que tanto quis dar a outros, aproveitando-me dos Cadernos Coloniais, que tão útil e completamente preenchem o fim para que foram criados, e suprimindo com a boa vontade a competência que me falta”.²⁶

Quando o capitão decidiu-se a escrever sobre o massacre já havia se passado mais de 40 anos do episódio, o que o fez provavelmente reelaborar o fato diante da lembrança da sua experiência. Vale ainda lembrar a respeito do contexto em que o autor e a sua obra estavam inseridos, os conturbados anos 30, com a eclosão dos regimes totalitários pela Europa e o clima de guerra entre as nações que pairava sob a Europa naquele momento. Portugal estava vivenciando o duro e longo período do salazarismo. Neste contexto o capitão teria escrito a obra:

com a finalidade de exaltar o feito dos ilustres soldados lusos em um passado ainda obscuro, mas que, bem narrado, poderia servir de exemplo para

a juventude daquele momento em que o espírito de beligerância rondava a Europa e o mundo, os tensos anos da década de 30 e 40.²⁷

Antes de contar o desfecho do massacre, o capitão relata que os soldados, apesar de estarem em numero reduzido, lutavam bravamente sob sol forte numa luta que chegou a durar sete horas, pois:

Defendiam-se ainda, intrepidamente, tenazmente, os que ainda restavam do pelotão. Acabadas as munições, atiraram-se como doidos à luta corpo-acorpo, servindo-se das carabinas e dos sabres-baionetas como clavas. Era já um combate entre meia dúzia de soldados e centenas de selvagens enfurecidos.²⁸

²⁶ *ibid.*, p.5

²⁷ SILVA, José Bento R. “Revolta da vacina *made in africa*: Moçamedes, 1897.” Op.cit, p. 136.

²⁸ GUARDADO, A. A. da Silva. *O massacre dos dragões do conde de Almoester*. Op. Cit., p. 31

Muito mais do que uma simples narrativa de um fato, o relato do capitão Silva Guardado deve ser tomado como uma tentativa de construir um discurso competente diante das outras falas – nesse caso, a fala dos colonizados – não deixando brechas para que estas mesmas se manifestem, mesmo que estejam implícitas. Mas mesmo no discurso oficial é possível perceber um contradiscurso que, através de uma leitura a contrapelo, nos possibilita visualizar a presença do outro através de suas ações e atitudes de repúdio ao colonizador, seja através da recusa da vacinação do gado, da atribuição do flagelo ao colonizador ou pelo massacre promovido contra os militares portugueses. Desse modo, “*onde se lê covardia, traição, ingratidão, barbarismo e selvageria, pode ser lida a resistência ao colonialismo e imperialismo – insurgências.*”²⁹

Mais que um simples embate entre colonizadores europeus e nativos africanos, civilização e barbárie, poderemos afirmar que o caso do massacre dos dragões do conde de Almoester está intimamente ligado ao contexto mais amplo da relação de classes dentro do imperialismo, com toda a exploração e opressão das nações europeias no fim do século XIX sobre suas colônias. Contudo, não basta que haja apenas a exploração e a opressão por si só, mas também opressores e oprimidos, pois “*não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses*”, uma vez que a relação deve estar encarnada em pessoas e em situações reais.

²⁹ SILVA, José Bento R. “Revolta da vacina *made in africa*: Moçamedes, 1897.” Op. Cit., p. 141.

De acordo com Thompson,

a classe acontece quando alguns homens, como resultado das experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.³⁰

No caso específico de Angola, os vários grupos etnoculturais não só compunham o cenário complexo da região como também foram agentes ativos nas lutas e disputas travadas contra o colonizador português, no auge do imperialismo e da intensificação da ocupação portuguesa em seus domínios. Estas etnias organizaram-se – a seu modo e constituíram uma identidade de interesses entre elas e contra o colonizador português a partir da experiência do regime de escravidão e semi-escravidão que vivenciaram, pois de acordo com Thompson, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou que foram inseridos involuntariamente.

Porém, *“se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (...) A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”*.³¹ Sendo assim, poderíamos até admitir que haja uma lógica nas diversas reações de grupos semelhantes de trabalhadores que vivenciaram experiências parecidas, porém jamais poderemos ter a pretensão de predicar uma lei acerca das mesmas. Ao invés disso temos que levar em consideração as peculiaridades do imperialismo português junto com seu regime de exploração e desmandos sobre as etnias de Angola no fim do século XIX, tendo de um lado o colonizador português e do outro o gentio importunado em seus do-

³⁰ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Op. Cit., p. 10.

³¹ *ibid.* p. b 10

mínios. Muito mais que um massacre, a manifestação de resistência o corrida no Humbe em 1897 foi um exemplo vivo e marcante do poder de reação dos povos africanos frente ao colonizador, evidenciando-se a recusa da opressão e da subserviência a que foram submetidos durante o imperialismo no século XIX.

Considerações Finais

Na medida em que o imperialismo praticado pelas potências europeias em África ia se intensificando, a resistência ao domínio do colonizador também cresceu significativamente. Esta resistência se deu das mais diversas formas, assumindo varias facetas ao longo da trajetória marcada por tensões e conflitos entre os europeus e os africanos. Estas iniciativas de resistência evidenciam o caráter de recusa a submissão imposta pelos colonizadores europeus, contribuindo para a desconstrução do imaginário de passividade e subserviência dos povos africanos frente aos desmandos cometidos pelo opressor europeu.

Após a conferencia de Berlim, Portugal teve que empreender uma ocupação efetiva de seus domínios em África, uma vez que os direitos históricos por si só já não eram suficientes para garantir suas possessões diante da cobiça das outra potencias imperialistas. Mas a coroa portuguesa teria inúmeras dificuldades para alcançar seus objetivos, pois diante das outras potencias, Portugal estava defasado politica e economicamente, passando por varias dificuldades internas e externas. Neste contexto, Angola tornou-se uma das mais conturbadas e turbulentas possessões do império português em África, exigindo um esforço continuo e intensivo da coroa portuguesa no sentido de conter os focos de tensão e de pacificar as regiões mais criticas e turbulentas de sua colônia, principalmente a província de Moçamedes.

Contudo, simultaneamente houve um movimento intenso de resistência dos diversos grupos etnoculturais de Angola que se manifes-

taram de múltiplas formas – desde as fugas, migrações e os quilombos até as emboscadas e os massacres – e de maneira intensa, gerando dificuldades para que Portugal concretizasse seu domínio sobre Angola.

Mais do que uma ação isolada, o massacre dos dragões do conde de Almostrim representou não só a fúria, o repúdio e a insatisfação dos povos que se encontravam sob o jugo do conquistador europeu como também o poder de resistência dos africanos na esfera das relações de classe que ocorreram na conjuntura do imperialismo do século XIX, servindo como referencia no sentido de desconstruirmos o discurso de submissão e passividade da população africana diante do domínio imposto pelo colonizador europeu.

Recebido em: 12/11/2011

Aceito em: 12/03/2012